

Imagens do Inconsciente: pessoa e visualidade no projeto médico-científico de Nise da Silveira

Felipe Sales Magaldi¹

Resumo: No início do século XX, a psiquiatria brasileira foi caracterizada por controversos métodos de tratamento, tais como a eletroconvulsoterapia e as neurocirurgias. Em 1946, a médica alagoana Nise da Silveira ocupou a linha de frente na crítica a esse modelo de tratamento a partir da criação de um ateliê criativo no antigo Centro Psiquiátrico Nacional, localizado no bairro do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Atividades expressivas como pintura e modelagem foram então acionadas como mecanismos terapêuticos. Este trabalho examina alguns fundamentos do projeto médico-científico de Nise da Silveira a partir de fontes documentais e de uma vivência no grupo de estudos do Museu de Imagens do Inconsciente, atualmente mantido por seus discípulos. Sustenta-se que seu pensamento, delineado em referência a autores como Jung, Spinoza e Artaud, constitui uma recusa aos pressupostos do fisicalismo e do mecanicismo, aproximando-o às ontologias vitalistas e românticas. Por fim, encerra-se com um debate sobre os recentes desdobramentos do fisicalismo na psiquiatria contemporânea, consubstanciados na psicofarmacologia e nos novos manuais estatísticos e diagnósticos de transtornos mentais, configurando uma nova biopolítica.

Palavras-chave: Nise da Silveira; Psiquiatria; Fisicalismo; Romantismo; Vitalismo

Introdução

Na virada entre os séculos XVIII e XIX, a psiquiatria nascia de um ato revolucionário. Através do gesto de médicos europeus como Philippe Pinel, encarregado do famoso hospital parisiense de Bicêtre, os loucos, antes acorrentados junto a blasfemos, mendigos, ladrões, boêmios e devassos de toda sorte, passaram a encontrar seu lugar diferenciado de cuidado nos hospitais psiquiátricos (Foucault, 1961). Para o nascente ideário alienista, o desatino poderia ser apaziguado, desde que submetido ao tratamento moral. Tratava-se de restituir os modos adequados de pensar e sentir através da ordem dos deveres. Surgia assim uma ciência das paixões, combinando originalmente um ideário humanista à metodologia clínica (Gauchet & Swain, 1980).

Entretanto, ao longo do século subsequente, a vertente moral da psiquiatria passava a se debater com uma série de críticas responsáveis por denunciar sua ineficácia. A anatomopatologia, com seu foco na dissecação dos corpos e a neurofisiologia, dedicada à busca das localizações cerebrais dos fenômenos de

¹Doutorando em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: femagaldi@gmail.com

adoecimento, constituíram neste momento os germes da reação fiscalista que progressivamente ganharia prestígio no campo da medicina mental (Foucault, 1963; Figlio, 1975; Vidal, 2005). Na psiquiatria alemã, esta tendência encontraria sua expressão máxima na obra de Émil Kraepelin, que creditava às desordens biológicas a raiz das doenças psiquiátricas. No Brasil, Juliano Moreira, diretor do Hospital Nacional de Alienados entre 1903 e 1930 e partícipe do campo científico alemão, ocuparia um papel fundamental no fomento das pesquisas orgânicas na psiquiatria brasileira (Venancio, 2005).

Pode-se afirmar que a primeira metade do século XX foi caracterizada pela hegemonia das concepções fiscalistas da doença mental, claramente articuladas com os ideários da eugenia e do higienismo que proliferavam em contextos tão distintos quanto a Alemanha nazista e países latinoamericanos como Argentina, México e Brasil. A década de 1930 foi particularmente propícia ao advento de técnicas fiscalistas de tratamento psiquiátrico, tais como a eletroconvulsoterapia e a lobotomia. O primeiro caso, mais conhecido como eletrochoque, consistia na aplicação de descargas elétricas na região temporal. O segundo era definido por uma psicocirurgia que empreendia um corte lateral no lobo frontal do cérebro. Em ambos os casos, tratava-se de fazer obscurecer os sintomas de uma doença sem levar em consideração seus atributos psicológicos de base (Melo, 2009).

Este trabalho tem como objetivo discutir a reação crítica ao fiscalismo – aqui definido como concepção ontológica segundo a qual é possível atribuir à corporalidade humana uma lógica própria, auto-explicativa (Duarte, 1999) – que se tornava hegemônico na psiquiatria brasileira em meados do século XX. Para tanto, toma como pedra de toque a trajetória e a produção intelectual de uma médica alagoana notável por sua oposição às intervenções subjacentes a esse ideário. Trata-se da psiquiatra Nise da Silveira, que atuou no âmbito do Setor de Terapia Ocupacional e Reabilitação do antigo Centro Psiquiátrico Nacional, localizado no bairro do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro, a partir do ano de 1944. Com base nas leituras de autores filiados aos campos da psicanálise, da arte e da filosofia, como Carl Gustav Jung, Antonin Artaud e Baruch de Spinoza, Nise da Silveira propôs que atividades expressivas como a pintura e a escultura fossem utilizadas como forma de terapia e de compreensão da loucura, em distanciamento aos tratamentos de choque, por ela considerados agressivos e ineficazes.

A estrutura do artigo compreenderá, em primeiro lugar, uma revisão de literatura sobre os tipos de tratamento exemplares do contexto em questão, dando particular

ênfase à psicocirurgia e à eletroconvulsoterapia. Em seguida, pretende-se descrever etnograficamente alguns fundamentos da crítica de Nise da Silveira e de seu decorrente projeto médico-científico, apreendendo seus principais conceitos. Isto é feito com base na análise de documentos diversos, incluindo livros e catálogos de exposições nos quais figuram casos clínicos, escritos e depoimentos da médica. Sustenta-se que seu pensamento constitui uma recusa sistemática aos pressupostos do fisicalismo e do mecanicismo hegemônicos ao longo da emergência do pensamento científico moderno, aproximando-o à ambição monista das tradições românticas e vitalistas. Finalmente, o trabalho encerra com uma breve revisão acerca dos novos desdobramentos do fisicalismo nas últimas décadas do século XX, sobretudo a partir da consolidação da psicofarmacologia como modelo terapêutico predominante, das crescentes pesquisas moleculares e da expansão dos manuais estatísticos e diagnósticos de transtornos mentais, tomados como elementos fundamentais da hodierna biopolítica.

Trepanações modernas

Em 1935, durante uma edição do Congresso Internacional de Neurologia realizada em Londres, um chimpanzé ocupava o palco das apresentações dos doutores John Fulton e Carlyle Jacobsen. Os cientistas tinham como intuito apresentar a mudança de comportamento do animal selvagem após a ablação de seus lobos frontais, experiência que o havia tornado dócil e passivo.

No mesmo período, este tipo de operação inspiraria em uma série de neurologistas norte-americanos – destacando-se Walter Freeman e James Winston Watts – e portugueses – destacando-se Antonio Egas Moniz – a tentativa de promover cirurgias cerebrais em seres humanos, com o objetivo de eliminar doenças mentais ou modificar comportamentos considerados inadequados. Como destaca o trabalho de Masiero (2003), a partir do qual toda esta revisão será empreendida, esse tipo de técnica passaria a ser pioneiramente discutida no Brasil por volta de 1928 com a visita do cientista português, associado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, à Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, onde viria a orientar Augusto Brandão Filho. Durante duas décadas, mais de mil pessoas, incluindo estrangeiros e crianças, foram submetidas às psicocirurgias, embora nunca tenha havido consenso técnico sobre sua eficácia.

Em que consistiam exatamente tais operações? Deve-se atentar, em primeiro lugar, para uma diferença terminológica entre a psicocirurgia de origem norte-

americana e a portuguesa. A primeira ficou mais conhecida como lobotomia (do grego lobos = porção e tomos = corte) e a segunda como leucotomia (leuco = branco, denotando a substância branca cerebral). Os termos passaram a ser sinônimos a despeito das variações técnicas empregadas por cirurgiões de hospitais psiquiátricos dos continentes americano e europeu. Em comum, ambas baseavam-se no pressuposto de que o comportamento humano teria claras bases anatomofisiológicas e que uma modificação – mais especificamente, uma secção –no cérebro, entendido como sede material da vida psíquica, poderia mitigar suas disfunções. Esta perspectiva retomava as teorias localizacionistas oitocentistas que relacionavam pontos do crânio a funções mentais, consubstanciadas no campo da frenologia. Enquanto a operação de Freeman e Watts se dava a partir do desligamento das fibras entre o lobo pré-frontal e o tálamo, a de Moniz, encontrava no lobo frontal seu alvo de intervenção. Os instrumentos aplicados, respectivamente intitulados lobótomo e leucótomo, consistiam em hastes metálicas cortantes destinadas à introdução cerebral, após a anestesia do paciente.

Ambas as modalidades foram empregadas na psiquiatria brasileira, com particular destaque para a técnica portuguesa. No ano de 1936, a primeira psicocirurgia foi realizada em território nacional, tendo como paciente uma imigrante russa de 53 anos, internada no Hospital Psiquiátrico de Juquery, em São Paulo. Seus diagnósticos incluíam a psicose maníaco-depressiva, a síndrome ansiosa e a agitação psicomotora. É importante notar que a técnica não se dirigia a uma entidade nosológica específica, mas a uma ampla sintomatologia, em particular quando caracterizada por agressividade ou descontrole concomitante à falência de outros tratamentos. Na década de 1940, a frequência do procedimento se intensificaria radicalmente, incluindo um trabalho de aplicação em massa de leucotomia no mesmo hospital paulista, incluindo mais de cem internos. “Apenas” um paciente teria chegado a óbito durante a operação (Masiero, 2003)

Outra intervenção cerebral largamente utilizada no período foi a eletroconvulsoterapia, mais conhecida como eletrochoque. Foi o húngaro Ladislav Meduna quem primeiro se aventurara na seara das terapias convulsivas tendo em vista a melhora de sintomas psiquiátricos. O médico lançava a curiosa hipótese segundo a qual a indução da epilepsia em um paciente esquizofrênico seria capaz de atenuar seu estado patológico, na medida em que as duas doenças teriam um caráter biologicamente antagônico. Para tanto, fazia uso de uma injeção de metrazol. Seria com o psiquiatra italiano Ugo Cerletti que a técnica ganharia contornos mais nítidos, sobretudo através

do uso da eletricidade, previamente testada em porcos, para promover a convulsão. Em 1937 era lançada a eletroconvulsoterapia, em encontro da Associação de Psiquiatria Suíça. Tratava-se basicamente do dispêndio de descargas elétricas na região das têmporas através do uso de pequenos eletrodos (Melo,2009).

A eclosão de intervenções médicas como a psicocirurgia e o eletrochoque são importantes no sentido de apontar para algumas transformações na história da psiquiatria marcantes na passagem do século. Já chamou-se a atenção para seu acento mentalista ou moral, notável nos primórdios oitocentistas do alienismo. Apesar de comprometida com os princípios classificatórios da história natural, a psiquiatria de então dedicava sua atenção à alma, à vontade e ao entendimento, o que instaurava um hiato metodológico com o restante da medicina clínica, progressivamente enraizada na solidez da substância corporal. Seria só a partir das pesquisas somatológicas do século XIX que a psiquiatria se fundiria cada vez mais com a medicina, afastando-se da égide do dualismo alienista rumo a uma ambição monista, fisicalista e reducionista no estudo e no tratamento da loucura (Serpa Jr, 2004; Venancio, 1993). Lobotomia, leucotomia e eletrochoque, criadas no entreguerras, seguramente foram expressões máximas desta direção assistencial no período em questão.

A psiquiatra rebelde

Nise da Silveira, nascida em 1905 na cidade de Maceió, graduou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1926, única mulher de sua turma. No ano seguinte, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde estagiou na clínica de Antônio Austregésilo, figura importante na constituição do campo da neurologia brasileira. Em 1933, foi aprovada em concurso público para o Serviço de Assistência a Psicopatas e Profilaxia Mental do Hospício Pedro II, onde atualmente reside o campus da UFRJ. Nesse período, marcado pelo regime político do Estado Novo, a médica foi denunciada por uma enfermeira devido à posse de livros marxistas, levando-a ao encarceramento no presídio Frei Caneca. Ali, ao lado de Olga Benário, viria a tornar-se personagem de Graciliano Ramos em suas Memórias do Cárcere. Mesmo diante de sua libertação, em 1936, Nise foi afastada do serviço público, passando a viver sob ameaça de nova prisão. Pouco se sabe sobre seu período de exílio além do fato de que permaneceu completamente desligada das atividades médicas. Seria só no ano de 1944 que voltaria a integrar as atividades hospitalares, dessa vez no hospício do Engenho de Dentro, para o

qual boa parte dos internos da Praia Vermelha haviam sido transferidos, por conta de superlotação (Mello, 2002).

Ao retornar ao serviço público, Nise da Silveira se deparava com os novos métodos de tratamento criados nos laboratórios de psiquiatria da última década, então alastrados nos manicômios brasileiros. Não foi tardia a demonstração de sua resistência à aplicação de técnicas como o eletrochoque e a psicocirurgia, as quais considerava agressivas e incapazes de dar conta da experiência da loucura. O caso do encontro da médica com o novo modelo assistencial, pode ser encontrado em biografia escrita pelo escritor e crítico de arte Ferreira Gullar:

“Paramos diante da cama de um doente que estava ali para tomar eletrochoque. O psiquiatra apertou o botão e o homem entrou em convulsão. Quando o outro paciente ficou pronto para a aplicação do choque, o médico me disse: - Aperte o botão. Eu respondi: - Não aperto! Aí começou a rebelde.”
(GULLAR, 1996, p. 46)

Sua oposição se deu fundamentalmente a partir da criação de um ateliê terapêutico no Setor de Terapia Ocupacional e Reabilitação do complexo psiquiátrico, para o qual foi transferida, no ano de 1946, após suas insistentes negações em aplicar o eletrochoque. Atividades ocupacionais já eram oferecidas naquele âmbito, mas se limitavam a trabalhos braçais e a serviços de limpeza. Em parceria com o artista plástico Almir Mavignier, então funcionário burocrático do hospital, Nise da Silveira passou a oferecer atividades como a pintura, a escultura e a modelagem como alternativas de tratamentoⁱⁱ Não se tratava de uma escola de arte, mas de um ambiente de livre criação e de incentivo à produção espontânea, realizada no contexto de uma permanente afeto catalisador. As obras de seus pacientes despertaram interesse em figuras do grupo concretista carioca, como Ivan Serpa, Mario Pedrosa e Abraham Palatnik, que defenderam sua validade estética, bem como seu trânsito por museus e galerias de arte do Rio e São Paulo (Villas Bôas, 2008). A extensa produção pictórica de sua oficina viria a compôr, no ano de 1952, o acervo do Museu de Imagens do Inconsciente, fundado no cerne do complexo psiquiátrico do Engenho de Dentro.

Uma primeira inquietação que deve surgir de uma inquirição etnográfica sobre o trabalho de Nise da Silveira diz respeito à sua motivação de opor as linguagens plásticas às terapias biológicas. Que argumentos fundamentavam esse ideário? Deve-se destacar que a psiquiatra alagoana lidava com pacientes cuja comunicação verbal era

extremamente comprometida. Ademais, a médica não via no modelo assistencial de sua época nenhuma tentativa substantiva de buscar uma compreensão das vivências subjetivas das psicoses. Eletrochoque e psicocirurgia destinavam-se tão somente a eliminar sintomas, sem no entanto atentar para elementos psicológicos mais basilares. Eis a razão pela qual a médica não aperta o botão. O uso das imagens constituiu, nesse sentido, um recurso privilegiado de acesso ao mundo interno de seus pacientes.

A noção de inconsciente ocupou, neste sentido, um lugar de destaque. Sabe-se que a categoria foi consagrada a partir das formulações do pai fundador da psicanálise, Sigmund Freud. Na virada do século XIX para o XX, na Viena *fin-de-siècle*, esse autor distanciava-se significativamente da psicologia da consciência ao propor um campo de estudos e práticas destinados à investigação da face oculta da psique, território de desejos não somente desconhecidos, inexplorados, mas notadamente distantes da esfera do racional.ⁱⁱⁱ Sabe-se também que a clínica freudiana investia grandemente na linguagem verbal como recurso terapêutico. A *talking cure*, posteriormente refinada no método da associação livre, seria a técnica privilegiada a partir da qual os conteúdos inconscientes emergiriam à tona, desencadeando o alívio psíquico (Freud, 2003).

Freud não deixou de dedicar sua atenção à linguagem imagética, fazendo-o tanto a partir da análise de material onírico (Freud, 1980) quanto da interpretação de obras de arte (Freud, 1990). Entretanto, Nise da Silveira sustentava que um dos problemas mais importantes da orientação freudiana seria a submissão constante da imagem à palavra. Neste sentido, em seu clássico *Imagens do Inconsciente*, livro que melhor condensa seu pensamento, afirmava a autora:

—A psicanálise procura descobrir nas imagens pintadas materiais reprimidos disfarçados. E, a fim de trazê-los à consciência, na terapia analítica a imagem servirá apenas de ponto de partida para associações verbais até que sejam alcançados os conteúdos inconscientes reprimidos. (...) Será necessário, pois, que as imagens sejam traduzidas em palavras. (SILVEIRA, 1981, p. 133-34)

Assim, seriam as imagens, tomadas por si próprias, o caminho privilegiado de expressão do inconsciente. Pois a linguagem verbal seria, para ela, o território da lógica, da razão, dos conceitos. No pensamento niseano, esta relação torna-se mais explícita sobretudo a partir da leitura da obra de Antonin Artaud, escritor e dramaturgo francês que passou os últimos anos de sua vida internado em hospitais psiquiátricos parisienses.

Em seus célebres *cahiers*, o autor registrara suas vivências de dentro da cela, escrevendo sem parar até sua morte. Para Nise, Artaud seria um dos poucos que conseguiram, através da palavra, expressar a experiência da loucura:

“Antes de Artaud, nunca alguém conseguiu, por meio de palavra, exprimir com tanta força essas dilacerantes vivências. Pela imagem, sim, que é a direta forma de expressão dos processos inconscientes profundos, muitos o fizeram, e fazem todos os dias, usando lápis e pincéis. Pela palavra, não. Pois a linguagem verbal é por excelência o instrumento do pensamento lógico, das elaborações do raciocínio. E essas experiências, às quais Artaud dá forma por meio de palavras, passam-se a mil léguas da esfera racional.” (SILVEIRA, 2009, p. 83)

A articulação entre a terapêutica de Nise e o uso das atividades de expressão visual também encontrou na obra de Carl Gustav Jung, pai fundador da psicologia analítica, uma incessante fonte de inspiração. Em suas teorias, a médica encontrou os argumentos para sustentar que a criação de imagens constituía não só um caminho de acesso ao inconsciente, mas também um meio desencadeador de uma eficácia terapêutica. Para a psiquiatra, se a experiência psicótica seria fundamentalmente caracterizada por uma fragmentação do psiquismo, o ato de pintar e de modelar teria uma função integradora. Esta verificação se deu sobretudo a partir da observação da recorrência de figuras circulares e concêntricas na produção de seus pacientes. Neste ponto encontram-se as origens da relação entre Nise e Jung, conforme narrado em um dos catálogos do Museu de Imagens do Inconsciente. Aí vislumbra-se uma espécie de vitalismo que concebe um potencial regenerativo da psique, em homologia com os organismos vivos:

“Dra. Nise escreveu uma carta ao próprio C. G. Jung enviando-lhe algumas fotografias de mandalas brasileiras. Essas formas, respondeu Jung, demonstram que a psique perturbada, fragmentada, possui um potencial reorganizador e autocurativo que se configura sob a forma de imagens circulares denominadas mandalas”. (CCMS, s/d)

Seu encontro pessoal com o psicanalista se daria no ano de 1957, em razão do II Congresso Internacional de Psiquiatria, realizado em Zurique. Nesta ocasião, o Museu de Imagens do Inconsciente participara de uma exposição incluindo obras de pacientes

psiquiátricos internos de hospitais de toda a Europa. Intitulada A Arte e a Esquizofrenia, seus corredores foram visitados pelo próprio Jung, que confirmava que a manifestação espontânea de tais figuras eram produto da linguagem simbólica do inconsciente coletivo. Como se sabe, Jung, dissidente de Freud, acreditava que haveria nas profundezas no psiquismo uma camada ainda mais profunda, repleta de matrizes imagéticas primordiais, os arquétipos, presentes nas mais diversas culturas ao longo dos séculos (Jung, 2008). Este pensamento, claramente articulado à noção universalista de uma unidade psíquica do homem, tinha como corolário a ideia de que a experiência psicótica seria particularmente propícia à emergência de temas arquetípicos, tais quais as mandalas observadas por Nise.^{iv}

Além do recurso à noção de inconsciente e à de eficácia terapêutica na produção de imagens, outro mote fundamental de seu trabalho deve ser sublinhado antes que se dê continuidade à reflexão aqui proposta. Trata-se de sua atenção quanto à singularidade da loucura, em oposição ao sistema diagnóstico então vigente. Este ponto encontra-se novamente explícito em sua relação com o pensamento de Antonin Artaud. Nise da Silveira encontrara em um comentário de Artaud a propósito de uma pintura do surrealista Victor Brauner um de seus conceitos fundamentais: “*O ser tem estados inumeráveis e cada vez mais perigosos*”. Em catálogo intitulado Os Inumeráveis Estados do Ser, as palavras da própria Nise emergem no intuito de tornar clara sua perspectiva:

"Pareceu-me que Artaud se referia a certos acontecimentos terríveis que podem ocorrer na profundidade da psique, avassalando o ser inteiro. Descarrilhamentos da direção lógica do pensar; desmembramentos e metamorfoses do corpo; perda dos limites da própria personalidade; estreitamentos angustiantes ou ampliações espantosas do espaço; casos; vazios; e muitas mais condições subjetivamente vividas que a pintura dos internados de Engenho de Dentro tornavam visíveis. Decerto imagens revelavam perigosos estados do ser, que não se deixavam aprender dentro do modelo médico adotado pela psiquiatria vigente." (Sociedade de amigos do Museu de Imagens do Inconsciente, 1987, p. 5)

Quais seriam as características de tal modelo médico? Nise sustenta que a psiquiatria descritiva era insuficiente para transmitir a dramaticidade de tais vivências, limitando-se a enumerar sintomas básicos ou acessórios da esquizofrenia. O âmago do

ser ficaria neste sentido em segundo plano. Ao evitar as palavras esquizofrenia ou doença em favor da noção de *estado do ser*, Nise da Silveira deixava claro que seu trabalho direcionava-se tanto na oposição das terapias biológicas quanto na dos sistemas diagnósticos. A autora prossegue, atribuindo ao dramaturgo francês o mérito de expressão da loucura:

"Artaud conhece por experiência própria essas vivências e consegue exprimi-las com uma claridade incrível, levando-nos a concluir que tais sintomas não compõem uma doença, uma entidade patológica definida, mas se manifestam como estados múltiplos de desmembramento e de transformação do ser" (ibid)

Todos os elementos supracitados servem para oferecer um panorama muito breve, uma aproximação etnográfica^v, da terapêutica construída por Nise da Silveira. Terapêutica esta que também estava inserida em um projeto científico, ainda que oposto aos postulados hegemônicos da psiquiatria, com seu acento na busca de entidades nosológicas concretas. A investigação sistemática do universo simbólico interior – e a procura de soluções para sua desintegração através da experiência sensorial – era a motivação mais fundamental da médica alagoana. A preocupação com um princípio de visualização, típica da medicina clínica (Foucault, 1963), era assim revestida, em sua orientação teórica, pelo viés da psicanálise: não as imagens do cérebro, mas as imagens do inconsciente deveriam constituir o alvo do saber.

Uma outra ciência

Alguns estudos históricos descreveram uma grande ruptura cosmológica na tradição ocidental, responsável por ensejar o nascimento das ciências modernas. Alexandre Koyré (2006) tratou de apontar para uma significativa crise de consciência europeia ocorrente por volta dos séculos XVI e XVII, concomitante ao surgimento de uma nova cosmologia que substituíu o mundo fechado geocêntrico da astronomia grega e medieval pelo modelo de um universo infinito, primeiramente heliocêntrico, e depois acêntrico, da astronomia moderna. Segundo o autor, muitos historiadores buscaram analisar as implicações sociais de tal mudança, chamando a atenção para a passagem de uma *scientia contemplativa* para uma *scientia activa et operativa*, isto é, da conversão do espírito humano da teoria para a praxis; outros ressaltaram a mudança de acento da teleologia para o mecanicismo como princípio explicativo prevalecente, etc. De todo

modo, em comum residiria uma preocupação em delinear os fundamentos de uma ruptura entre a antiga e a nova visão de mundo – do mundo fechado ao universo infinito – que não teria se dado súbita nem facilmente, tampouco estaria restrita ao âmbito da astronomia, mas que encontraria nas figuras de Newton, Copérnico, Galileu e Descartes algumas de suas figuras chave.

Foi sobretudo em favor da cosmovisão mecanicista que teria se dado tamanha transformação. A filosofia mecânica teria deslocado a representação de um mundo animado, prevalecente no modelo astrobiológico e na tradição médico-filosófica até o período renascentista, para aquele em que a totalidade do real seria analisada no modelo de um agregado de moléculas materiais combinadas segundo as leis do movimento. Pouco a pouco tornava-se dominante o projeto de retirar o homem de sua inserção na ordem vital, separando-o da natureza, e enfim, tornando-o máquina. Em linhas gerais, foi essa a visão que animava a desanimada filosofia mecânica. Paolo Rossi (2001) deu a esse propósito significativas colocações, descrevendo-a como aquela cuja deveria ser levada adiante em busca da descoberta de leis, alcançadas graças a um modelo de análise operante pela abstração de quaisquer elementos sensíveis e qualitativos.

É também sobretudo em referência à hegemonia da cosmologia mecânica e seus subsequentes desdobramentos iluministas, naturalistas e positivistas que se debruçam alguns recentes desenvolvimentos da teoria antropológica, dedicados à tentativa de delineamento da singularidade ontológica da cosmologia ocidental, em contraste com os mundos a ela exteriores e com o período não-moderno em seu próprio seio. Philippe Descola (2005), por exemplo, chamou de *naturalismo* a ontologia predominante no Ocidente, caracterizando-a através da separação radical entre natureza e cultura e diferenciando-a do animismo, do analogismo e do totemismo. Para o autor, tal dualismo seria definido pela objetificação do “mundo natural”, concebido como externo, desprovido de vida interior e passivo à ação humana.

Outros estudos, como o de Bruno Latour (1996), negam radicalmente a ideia de que haveria uma grande divisão entre a modernidade, desencantada e racionalizada, e o passado pré-moderno. O mesmo valeria para a separação entre os modernos e as sociedades primitivas, responsável por conferir aos primeiros uma excepcionalidade ontológica que não encontraria verificação. Para o autor, a velha matriz antropológica – que mistura naturezas-culturas, criando híbridos, quase-objetos – jamais foi abandonada, mas apenas tornada impensável ou invisível pelos modernos, cuja constituição oficial tratou de homologar somente o trabalho de purificação, em

detrimento das mediações. A partir de então, promoveu-se uma grande repartição entre natureza e cultura, ciência e política, humano e não-humano, pessoa e coisa, deixando sua mistura em surdina.^{vi}

A perspectiva sustentada por este trabalho entende que é preciso levar a sério os saberes que, no cerne da própria cosmologia ocidental, forneceram anteparos aos ideais racionalistas de objetividade e aos grandes divisores típicos do naturalismo estrito. Luiz Fernando Dias Duarte (2004, 2006, 2012) aponta para a reação romântica ao mecanicismo newtoniano, expressa sobretudo na Teoria das Cores de Johann W. Goethe, como um dos marcos mais fundamentais de um complexo processo de denúncia dos reducionismos materialistas, da perda das propriedades sensíveis e da incapacidade da apreender os elementos em sua totalidade significativa. Em oposição à cosmovisão racionalista atribuída à ilustração, compunha-se sobretudo a partir do século XVIII, e principalmente na cultura germânica, uma série de contraposições nos âmbitos da ciência, da arte e da política tomando como apanágios os valores da criatividade, da vontade, da integração, da singularidade, etc. A natureza de tal tensão permanece incompleta caso não seja considerado seu caráter hierárquico, não-linear. Isto significa que, embora os pensadores românticos construíssem seus projetos contra o império da razão, eles compartilhavam com os iluministas um substrato comum, estando simultaneamente distintos e contíguos a seus princípios.

Ainda a esse propósito, Georges Gusdorf (1982) aponta para o surgimento de um saber romântico na Europa Ocidental por volta do século XVIII, também conferindo particular destaque ao contexto germânico, responsável pela contraposição ao modelo hegemônico de ciência moderna, que encontrara na filosofia mecanicista sua expressão mais notável. A revolução mecanicista teria assegurado o triunfo de uma representação analítica do universo, dissociado em um número imenso de fenômenos isolados cuja coesão era assegurada pelo determinismo rigoroso das leis científicas. Na continuidade de tal agitação, os iluministas teriam dado cabo ao projeto de colocar em equação o universo, depurando seus princípios através de abstrações axiomáticas genéricas. O romantismo, ao contrário, retornava a um modelo de saber anteriormente reinante, que não limitava sua ambição a decifrar a ordenação superficial dos fenômenos, mas se esforçava a fazer aliança com a essência da realidade cósmica.

No seio dos saberes românticos, promovia-se uma recusa radical ao mecanicismo matemático da ciência experimental, resgatando a arte dos horóscopos, da alquimia e das ciências ocultas e herméticas em geral. Tratava-se da ambição de assumir

novamente a ordem das simpatias e antipatias que garantia um vitalismo planetário, isto é, um cosmomorfismo em que o homem era solidário ao mundo por finalidades secretas e imanentes.^{vii} Nessa leitura, que encontrou na *Naturphilosophie* sua expressão máxima, o universo assemelhava-se mais a um poema do que a uma máquina, sendo entendido como um todo vivente regido por uma ordem comum. Como destacou Peter Hans Reill (2005), os *naturphilosophen* como Goethe e Schelling teriam radicalizado a ambição de uma visão totalizante, capaz de unir espírito e matéria, considerando o universo uma entidade viva a desenvolver-se de acordo com princípios inerentes e a natureza como produto de um ativo incondicional de impossível redução às explicações causais.

A psiquiatria, sobretudo a partir do declínio do alienismo, constituiu-se largamente sob a égide de um projeto classificatório incumbido de inscrever no domínio da natureza o comportamento e o corpo humano, sobremaneira a partir da aplicação dos princípios mecânicos ao funcionamento da mente.^{viii} Não obstante, entre os saberes que se desgarram de seu ímpeto original, a psicanálise destacou-se enquanto corpo teórico destinado a tentar reparar os reducionismos atribuídos ao universalismo, ao fisicalismo, ao racionalismo, ao materialismo, enfim, ao *naturalismo* presente no projeto hegemônico da ciência moderna (Duarte, 2013), embora permanecendo inarredavelmente comprometida com o mesmo.

Tal reparo foi seguramente tímido no projeto freudiano. Apesar de sua disposição de levar a sério a loucura, evocando tanto a tradição crítica quanto a tradição trágica (Birman, 2010), não é nada opaco seu comprometimento aos modelos mecanicistas e sua expectativa de subsequente comprovação naturalista para suas hipóteses. Entre as distintas vertentes do saber psicanalítico, como demonstrado a seguir, foi sobretudo a psicologia analítica de Jung, maior inspiração de Nise da Silveira, aquela a reanimar mais radicalmente a ambição monista típica da cosmologia romântica.

O problema da afinidade entre o pensamento junguiano e o saber romântico não emerge nesta pesquisa somente de uma perspectiva analítica convencionalizante, e de modo algum corresponde a uma tentativa de estabelecer uma continuidade histórica de fundamentos mais mágicos do que substanciais. Trata-se, diversamente, de um questionamento etnográfico, que surgiu sobremaneira a partir de minha frequência ao grupo de estudos C. G. Jung, sediado no atual Museu de Imagens do Inconsciente, instituição que dá continuidade ao trabalho de Nise da Silveira.^{ix} Ao longo do trabalho de campo, tornou-se evidente que para as próprias pessoas engajadas no

projeto médico-científico niseano, o pensamento romântico é fundamental. Maddi Damião, o professor convidado, ex-aluno da médica alagoana, tem inclusive um texto a propósito do tema, no qual trata de contrapor o princípio iluminista de ciência e a ciência romântica. Recorre-se ao mesmo a seguir:

“Os sábios clássicos consideram os acontecimentos de suas partes constituintes. Passo a passo, eles isolam as unidades e os elementos importantes até que eles possam formular as leis gerais e abstratas. Ora, este método reduz a realidade vivente, com toda sua riqueza de detalhes a esquemas abstratos”. (DAMIÃO, 2011, 89)

Em seguida, o autor destaca que a especificidade da ciência romântica seria justamente a preservação da riqueza da realidade viva, ponto notavelmente expresso na famosa frase de Goethe, segundo a qual *“cinza é toda teoria, mas sempre verde é a árvore da vida”*. Damião Jr. dirige então sua atenção ao apontamento das relações entre o pensamento junguiano e o romantismo. Embora Jung não tenha se oposto ao racionalismo de forma obtusa, sua característica mais fundamental seria a busca de uma ciência do singular. *“Uma ciência do singular lida com o problema da verdade, da interpretação, do sentido e do dever, da criação e é para esta ciência e para esta forma de pensar que a psicologia de Jung nos orienta”* (ibid, p. 90). Neste sentido, inconsciente, natureza e criação seriam consubstanciais. A natureza não seria objetiva, mas criativa e vital.

Esses fundamentos românticos da psicologia analítica impõem, em primeiro lugar, uma radical oposição ao dualismo cartesiano, responsável pela separação entre o corpo e alma e por conferir à razão um primado sobre a extensão. No trecho a seguir, presente em um manuscrito preservado e posteriormente publicado por uma de suas alunas, Martha Pires Ferreira, Nise da Silveira explicita seu ataque à psicofisiologia de Descartes em favor do modelo analítico de Jung, propositor de uma união entre corpo e alma, psique e matéria, resgatando o projeto de reunificação romântica pontuado neste trabalho:

“Há psiquiatras muito inteligentes, não levem ao pé da letra quando chamei de burrice exemplar da psiquiatria. Jung, por exemplo, não era só um psiquiatra, era um gênio. Foi um homem que levou a psique ao encontro da matéria. Ele reúne matéria e espírito e se aproxima de algo, em psicologia, muito próximo a Einstein. Uma coisa é considerar que matéria e espírito são uma coisa só.

Outra é a visão cartesiana, que considera a matéria, o bicho, o homem uma máquina que funciona isoladamente com a razão no alto da cuca comandando” (Silveira, 2008, p. 9)

A proposta de trabalho de Nise da Silveira, ao creditar à singularidade da experiência sensorial e à potência criativa dos entes uma função terapêutica, deve ser entendida à luz do reconhecimento desta outra via pulsante do pensamento ocidental moderno. Em entrevista publicada na revista *Rádice*, 1976-1977, Nise da Silveira é indagada sobre a conotação romântica de seu pensamento. “*Mas e daí ser romântico? O romantismo não será uma contracorrente ao excesso de racionalismo?*” (Silveira, 2009, p. 67). Sua opção pela contracorrente do Ocidente, reparadora dos danos do naturalismo moderno, torna-se nítida em outro trecho, resgatado por um de seus discípulos e atual diretor do Museu de Imagens do Inconsciente, Luiz Carlos Mello:

“É fascinante observar o ondulado movimento do pensar e do sentir em suas correntes e contracorrentes. (...) Os diletantes gostarão de espiar, numa perspectiva histórica, o percurso acidentado das contracorrentes, vê-las crescer vagarosas como pequenos veios d’água, depois se avolumarem, tomarem formas diversas, trazendo aqui e ali compensação às unilateralidades das correntes dominantes, tentando preencher suas lacunas, atuando nos tempos modernos com a força de impulsos transformadores vindos de longe” (Silveira, 19-- apud Mello, 2014, p.42)

Mas foi sobretudo com referência a Baruch de Spinoza, grande detrator de Descartes e um dos maiores inspiradores da tradição romântica (Martins, 2011), que Nise da Silveira pôde delinear seu pensamento. Spinoza dirigiu sua crítica a partir da inseparabilidade entre o corpo e alma, negando sistematicamente a noção de uma divindade transcendental. Viu no universo uma máquina eterna, no entanto desprovida de sentido e de finalidades, sendo a expressão de uma causalidade necessária e imanente. Em *Cartas a Spinoza* (Silveira, 1995), livro de correspondências fictícias de autoria da médica da alagoana, os fundamentos de seu pensamento são postos em continuidade com a psicologia junguiana através da valorização da imaginação e do fundamento da unidade de todas as coisas, concebidas como modos de existência da substância divina.

Assim, no pensamento niseano, o dualismo, enquanto separação radical entre matéria e espírito atribuída ao cartesianismo, bem como seu desdobramento reducionista, o fisicalismo – isto é, a tentativa de reduzir o espírito à matéria – são negados em favor da concepção de um mundo em que matéria e espírito ou corpo e alma são indissociáveis, na medida em que compostos por uma sensibilidade vital. Verifica-se, nesse sentido, a tentativa de levar *a psique ao encontro da matéria*, sem reduzir uma à outra. Trata-se, portanto, de um projeto que poderíamos chamar tentativamente de um *monismo vitalista*, que concebe uma solidariedade entre pessoa e cosmos, e uma pulsão criadora imanente à vida, em continuidade com o spinozismo, a tradição romântica e seus desdobramentos filosóficos e antropológicos mais contemporâneos (presentes por exemplo nas obras de autores tais como Henri Bergson, Gregory Bateson, Tim Ingold e Gilles Deleuze e Félix Guattari)^x.

Horizontes contemporâneos do fisicalismo

A tensão entre a terapêutica niseana e o modelo fisicalista hegemônico na psiquiatria não deve levar a confundir sua proposta com nenhuma espécie de misticismo. Os apanágios do universalismo, do individualismo e do princípio de visualização, típicos da ciência moderna, consistiram o pano de fundo comum contra o qual se apresentou a contenda. Tanto quanto os psiquiatras “comportados”, a psiquiatria rebelde centrou-se na busca sistemática de uma base universal da psicologia humana (observada notadamente na noção de inconsciente coletivo) e na figura do indivíduo criador como sede da vida psíquica. A preocupação de tornar o invisível visível, típica das dissecações da medicina clínica oitocentista, tal como descrita por Foucault, encontrou em um vocabulário psicanalítico sua nova roupagem através do ímpeto de buscar as imagens do inconsciente. Ao conferir a possibilidade de expressão a seus “clientes”, também não pôde Nise abrir mão completamente de sua vantagem epistemológica: pois à mão do criador sobrepõe-se a voz de seu terapeuta, intérprete e especialista, portador do sentido final das imagens do inconsciente. De todo modo, a aproximação dos conceitos de Nise aqui apresentada permite que pensemos em algumas considerações a respeito de sua posição marcadamente reativa na história da psiquiatria brasileira.

A trajetória de Nise da Silveira permite entrever em que medida uma articulação entre psicologia analítica e atividades expressivas ocupou um papel pioneiro na crítica

ao modelo fiscalista hegemônico na psiquiatria brasileira na primeira metade do século XX. Deve-se atentar, entretanto, para o fato de que seu trabalho foi largamente obliterado pelo meio médico de então, passando a ser mais reconhecido somente a partir da década de 1980, graças aos logros da reforma psiquiátrica brasileira. No recente contexto de crítica ao modelo manicomial, práticas artísticas tem sido cada vez mais acionadas nos serviços assistenciais substitutivos no intuito de transformar o imaginário sobre a loucura, reduzindo a estigmatização e promovendo a reinserção social dos sujeitos acometidos por sofrimento psíquico. O nome de Nise da Silveira tem sido frequentemente acionado por militantes, acadêmicos e produtores culturais que a alçam ao estatuto de pioneira da reforma no Brasil, a despeito de sua proposta original de trabalho ter sido lançada quase quatro décadas antes dos primeiros movimentos de trabalhadores em saúde mental (Magaldi, 2014).

Não obstante, tais transformações não implicam em um declínio do fiscalismo nas psiquiatrias brasileira e internacional. Ao contrário, este horizonte crítico permanece na condição de anteparo. No mesmo ano de fundação do Museu de Imagens do Inconsciente, 1952, seria sintetizado o primeiro antipsicótico, a clorpromazina. A partir de então a psicofarmacologia progressivamente despontaria como modelo terapêutico hegemônico, concomitante a uma proliferação de entidades nosológicas nos manuais estatísticos e diagnósticos dos transtornos mentais, orientados pela crença em um substrato objetivo sustentado na biologia e na fisiologia. Observa-se, no último quartel do século XX, uma alta disseminação do uso de psicofármacos concomitantemente às mudanças institucionais que marcaram a progressiva passagem de um modelo manicomial para um modelo ambulatorial de assistência. Este contexto também é marcado por uma alteração diagnóstica que ganha forma sobretudo a partir da publicação do terceiro DSM, o Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais. Nesta versão, publicada em 1980, as doenças mentais passam a ser compreendidas como entidades mórbidas distintas e universais, e a relação terapêutica médico-paciente é obscurecida em favor do controle farmacológico dos sintomas (Maluf, 2010).

Muitos estudos têm apontado para a emergência triunfal de um corpo de saberes preocupado com a materialidade e os constrangimentos biológicos na compreensão do comportamento humano. Uma série de autores (Azize, 2008; Bezerra Jr, 2007; Russo & Henning, 2000; Rose, 2013; Meloni, 2001;) pontua que, a partir da década de 1980, ocorreu no campo científico um intenso recrudescimento do projeto de tornar as pessoas objetos naturais. Nesse contexto, a genética comportamental, a

sociobiologia, a psicologia evolucionária e as neurociências despontaram como disciplinas axiais, dedicadas a promover uma leitura fisicalista e frequentemente reducionista dos fenômenos psíquicos e culturais.

Esse processo teve particulares repercussões para os saberes psicológicos fundamentados em proposições não exclusivamente naturalistas, como é o caso da psicanálise. Esta vê-se imersa numa complexa arena científica em que, na posição desfavorável, é impulsionada a competir com as proliferantes terapias biológicas, como a psicofarmacologia. Varrida dos sistemas classificatórios da psiquiatria, a psicanálise é obrigada a justificar seus conceitos básicos frente às ciências naturais, frequentemente procurando nelas respaldo para sua própria legitimidade (Campos, 2000; Bezerra Jr, 2007). A partir dos anos 1980, a noção de um sujeito psicológico, habitado por um mundo simbólico interior é obscurecida em favor do que Nikolas Rose chamou de *individualidade somática*, isto é, “à tendência de definir aspectos-chave da individualidade de cada um em termos corporais, o que significa pensar a si mesmo como ‘embodied’, e entender esse corpo nos termos da biomedicina contemporânea” (Rose, 2003, p. 54)

Nikolas Rose sublinha que, a partir da década de 1960, observa-se o fim da era áurea da medicina clínica. A partir de então, uma nova série de transformações se dariam no campo da medicina, que passaria a estender seu controle específico sobre a doença rumo à administração da reprodução e do risco, além da otimização da saúde e do corpo. Isto se daria a partir de uma significativa sofisticação tecnológica dos sistemas de diagnóstico e terapia, envolvendo inclusive a complexificação da divisão do trabalho entre especialistas no campo médico. Este conjunto de mudanças foi conceituado pelo autor através da noção de *molecularização*. Se o nível *molar* de visualização corporal era típico da medicina clínica, na escala de membros, órgãos, tecidos, fluxos de sangue, hormônios, etc. Esta escala, embora certamente não tenha sido extinta, estando inclusive presente na publicidade de produtos para a saúde e nas crescentes cirurgias plásticas, vê-se acrescida de outra, *molecular*, que passa a ocupar o posto axial da biomedicina contemporânea. Trata-se agora da preeminência de uma compreensão da vida em termos de propriedades funcionais e codificações genéticas, entendidas como mecanismos reguladores do comportamento.

Em termos molares, a condução de um diagnóstico se dava em termos da patologia dos órgãos. No nível subsequente, diversamente, intenta-se buscar a estrutura molecular do agente causador de cada doença. Este ponto encontra especial visibilidade

na psicofarmacologia. Assim, na indústria farmacêutica e nas pesquisas com fins de tratamento, a seleção, manipulação, teste e desenvolvimento de agentes terapêuticos é basicamente realizada em termos moleculares, assim como a explicação de seu modo de funcionamento. O autor pontua que até mesmo curas herbáceas e a psicanálise chegam a buscar legitimação molecular para seus aparentemente misteriosos modos de agir. Além disso, deve-se atentar para a progressiva expansão e remodelação dos sistemas diagnósticos, graças às pesquisas moleculares. Distúrbios anteriormente classificados conjuntamente passam a ser cada vez mais fragmentados e especificados.

Considerações finais

Feito este panorama, cabe realizar algumas considerações finais sobre as continuidades e descontinuidades da psiquiatria fisicalista de meados do século passado e a psicofarmacologia hoje hegemônica. Chamo a atenção para a significativa permanência do objetivo de supressão sintomatológica, manifesta tanto nas psicocirurgias e eletroconvulsoterapias quanto no uso de medicamentos destinados aos transtornos mentais. Esta relação se dá, no entanto, a partir de uma alteração do sistema diagnóstico e de sua articulação com a indústria farmacêutica. Como sublinha Henning (2000), em 1980, com a edição do DSM-III, evidencia-se uma crítica à imprecisão classificatória e à ineficácia terapêutica relacionadas aos conteúdos dos manuais anteriores.

A interpretação simbólica do sofrimento é substituída por uma visão fisicalista, em que se verifica a primazia da leitura descritiva de sintomas em detrimento do contexto psicossocial. Por trás de um suposto ateoricismo, revela-se a teoria específica das perturbações subjacente a tal material, definida pela crença em um substrato objetivo sustentado na biologia e na fisiologia. Nesse sentido, a atividade diagnóstica torna-se homogênea e universal, aplicável a qualquer parte do mundo. Essa orientação enseja a própria definição de entidades nosográficas e etiológicas a partir da alteração química dos comportamentos. Conclui-se que, de acordo com o modelo neurobiológico, os comportamentos são concebidos como doenças que podem ser curadas exclusivamente a partir da materialidade orgânica.

Nesse sentido, pode-se afirmar que uma nova roupagem do biopoder tem tomado conta do Ocidente.^{xi} Nikolas Rose e Paul Rabinow (2006) apontaram para alguns potenciais de desenvolvimento da noção de biopoder no contexto das recentes transformações biomédicas. Chamaram a atenção para a proliferação dos discursos de

verdade sobre o caráter vital dos seres humanos, acompanhados de suas respectivas autoridades competentes, cuja especificidade é a de hibridizar estilos biológico e demográfico e/ou sociológico de pensamento. Além disso, pontuaram que as estratégias de intervenção sobre a existência coletiva não se dão somente sobre populações nacionais, mas também sobre coletividades biossociais emergentes em termos de raça, etnicidade, gênero, religião ou em termos genético. Por fim, apontaram para uma mudança nos modos de subjetivação, através dos quais os indivíduos são levados a atuar sobre si próprios sob certas formas de autoridade, por meio de práticas do self em nome de sua saúde ou de uma coletividade. Este último aspecto, intitulado por Rose *individualidade somática*, parece emergir à tona como destino principal dos modos ocidentais de construção da pessoa.

Um dos desafios para a antropologia da pessoa contemporânea é analisar a complexidade de tal individualidade somática, na medida em que esta se verifica não somente no campo da psiquiatria biológica e das neurociências localizacionistas, mas também, nas terapias corporais e nas vertentes da neurociência mais fenomenológicas, atentas à plasticidade cerebral e à epigenética.^{xii} É possível que a própria proposta terapêutica de Nise da Silveira já constitua um meio caminho entre a individualidade psicológica e a individualidade somática. Pois se a arte tem propriedades terapêuticas, não é senão com o corpo, mais especificamente, com as mãos, com o toque da carne na matéria que ela pode ganhar forma. Levar a psique ao encontro da matéria, não obstante, não é o mesmo que sustentar o materialismo redutor atualmente imperante na biomedicina. Como lamentou Luiz Carlos Mello, “*A psiquiatria, hoje, é totalmente baseada em remédios, neurolépticos... O doente toma o remédio, vai pintar e não pinta. E me perguntam por que não surgem novos artistas no Engenho de Dentro; como podem aparecer novos artistas se eles estão dopados?*” (MELLO, 2009: p. 130)

CATÁLOGOS

CENTRO CULTURAL MINISTÉRIO DA SAÚDE (CCMS). Encontro com Jung. *In: Museu de Imagens do Inconsciente, O Legado de Uma vida.* s/d

<http://www.ccms.saude.gov.br/nisedasilveira/encontro-com-jung.php>. Acessado em 15/07/2014

MUSEU DE IMAGENS DO INCONSCIENTE. *Arqueologia da Psique*. Rio de Janeiro, s/d

http://www.ccms.saude.gov.br/saude_mental/pdf/arqueologia_psique.pdf. Acessado em 15/07/2014

_____. Cinquentenário do Museu de Imagens do Inconsciente 1952-2002. 2002

<http://www.ccs.saude.gov.br/Cinquentenario/painel0.html>. Acessado em 15/07/2014

SOCIEDADE AMIGOS DO MUSEU DE IMAGENS DO INCONSCIENTE. *Os inumeráveis estados do ser*. Rio de Janeiro, 1987

http://www.ccms.saude.gov.br/saude_mental/pdf/inumeraveis_estado_ser.pdf. Acessado em 15/07/2014

BIBLIOGRAFIA

AZIZE, Rogério. Uma neuro-weltanschauung? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças e medicamentos do cérebro. In: *Mana – Estudos de Antropologia Social* 14(1): 7-30, 2008

BATESON, Gregory. *Mind and Nature. A necessary Unity*. Fontan / Collins, 1980.

BERGSON, Henri. *A evolução criadora*. Rio de Janeiro: Delta, 1964

BEZERRA JR., Benilton. Naturalismo como anti-reducionismo: notas sobre cérebro, mente e subjetividade. *Cadernos IPUB* VI(18): pp. 158-177, 2000

_____. Da contracultura à sociedade neuroquímica: psiquiatria e sociedade na virada do século. In: Maria Isabel Mendes de Almeida; Santuza Cambraia Neves. (Org.). In: *Por que não? rupturas e continuidades da contracultura*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 129-154, 2007

BIRMAN, Joel. Descartes, Freud e a Experiência da Loucura. *Nat. hum.*, São Paulo, v. 12, n. 2, 2010

CAMPOS, Flávia. Um pequeno mapa das desleitura: psicanálise e neurociência. *Cadernos IPUB* VI(18): 133-143. 2000

CUNHA, Olivia. M. Gomes da. Tempo Imperfeito: etnografia do arquivo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 287-322, 2004

DAMIÃO, Maddi Jr. Ciência romântica e o pensamento junguiano. *Boletim Interfaces da Psicologia da UFRuralRJ*, v. 3, p. 86-98, 2011

DELEUZE & GUATTARI. "Como criar para si um corpo sem órgãos". In *Mil Platôs*. Vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 2008. Tradução de Aurélio Guerra Neto et alli. São Paulo: Ed. 34, 2008.

- DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. *A Pulsão Romântica e as Ciências Humanas no Ocidente*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n.55, p. 05-18, 2004
- _____. Formação e ensino na antropologia social: os dilemas da universalização romântica. In: GROSSI, Miriam Pillar; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen. (Org.). *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*. Blumenau: Nova Letra, 2006, v. , p. 17-36, 2006
- _____. O paradoxo de Bergson: diferença e holismo na antropologia do Ocidente. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2012
- _____. Antropología y psicoanálisis: retos de las ciencias románticas en el siglo XXI. *Culturas Psi*, v. 1, p. 1, 2013
- GIUMBELLI, Emerson. Para além do trabalho de campo. Reflexões supostamente malinowskianas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 2002.
- FACINA, Adriana. Santos e Canilhas. *Uma análise antropológica da obra de Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004
- FIGLIO, Karl M. Theories of perception and the physiology of mind in the late eighteenth century. *History of Science*, 13: 177-212. 1975
- FREUD, Sigmund. *Interpretação dos Sonhos*. vol.VII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- _____. *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci*. Lisboa : Relógio D'Água, 1990
- _____. *Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Ed. 2003.
- FOUCAULT, Michel. *L'histoire de la folie*. Paris: Gallimard, 1961
- _____. *La Naissance de la clinique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1963
- _____. *As Palavras e as Coisas*. Lisboa, Portugal, 1966
- GAUCHET, M. & SWAIN, G. *La pratique de l'esprit humain: l'institution asilaire et la révolution démocratique*. Paris, Gallimard, 1980
- GIUMBELLI, Emerson. Para além do trabalho de campo. Reflexões supostamente malinowskianas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 2002.
- GULLAR, Ferreira. *Nise da Silveira: uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996
- GUSDORF, Georges. *Les Fondements du Savoir Romantique*. Paris, Payot. 1982
- HENNING, Marta. "Neuroquímica da Vida Cotidiana." *Cadernos IPUB VI*(18): p. 123-143, 2000
- INGOLD, Tim. Bringing Things Back to Life: Creative Entanglements in a World of Materials. *NCRM Working Paper Series*. ESRC / National Centre for Research Methods, 2010.

JUNG, Carl Gustav. *O homem e seus símbolos*. 2ª edição especial. Rio de Janeiro, NovaFronteira, 2008

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Ed. 34, 1994

LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à Obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia & Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003

MAGALDI, Felipe. *Frestas Estreitas: uma etnografia no Museu de Imagens do Inconsciente*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, 2014

MARTINS, André. O Romantismo, Spinoza e Nietzsche: um percurso de influências, distanciamentos e proximidades. In: Martins, A., Santiago, H., e Oliveira, L. C. *As Ilusões do eu: Spinoza e Nietzsche*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011

MASIERO, André Luis. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, vol.10, n.2, 2003

MELLO, Luiz Carlos. *Flores do abismo*. Disponível em <http://www.museuimagensdoinconsciente.org.br/pdfs/flores.pdf>. Acessado em 16 de março de 2013. 2002

_____. (org). *Nise da Silveira*. Coleção Encontros, Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2009

_____. *Nise da Silveira: caminhos de uma psiquiatra rebelde*. Rio de Janeiro, Automática Edições, 2014.

MELO, Walter. Nise da Silveira e o Campo da Saúde Mental (1944-1952): contribuições, embates e transformações”. Rio de Janeiro, *Mnemosine* , v. 5, p. 30-52, 2009.

MELONI, Maurizio. “The cerebral subject at the junction of naturalism and antinaturalism”. In: Ortega, Francisco; Vidal, Fernando (orgs). *Neurocultures: Glimpes into an expanding universe*. Frankfurt e Nova York, Peter Lang, 2011

PEIXOTO, Fernanda. Areas. *El diálogo como forma: antropología e história intelectual*. Prismas. Revista de História Intelectual, v. 12, p. 17-32, 2008.

RIVERA, Tania. *Arte e psicanálise*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005

REILL, Peter Hans. *Vitalizing Nature in the Enlightenment*. Berkeley, University of California Press, 2005

ROSE, Nikolas. "Neurochemical selves". *Society*, 41(1):46-59.

_____. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013

ROSE, Nicolás & RABINOW, Paul. “O conceito de biopoder hoje.” *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais* no. 24, Abril de 2006 - pp. 27-57.

ROUDINESCO, Elisabeth & PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*, tradução de VeraRibeiro, Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998

RUSSO, Jane. “A pós-psicanálise – entre Prozac e Florais de Bach”, in JACÓ-VILELA, A. M.; CERREZZO, A. C. & RODRIGUES, H. B. C. (orgs.), *Clio-Psyche*. Hoje. Fazer, 2001

_____. *O Mundo Psi no Brasil*. Coleção Descobrimos o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 89 p, 2002

RUSSO e HENNING, Marta F. “O Sujeito da Psiquiatria Biológica e a Concepção Moderna de Pessoa”. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, Niterói, v.6: 39-55, 1999

RUSSO e PONCIANO, E. *O sujeito da Neurociência: da naturalização do homem ao re- encantamento da natureza*. Physis (UERJ. Impresso), Rio de Janeiro, v. 12, n.2, p. 54-76, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *Marshall Shalins ou por uma antropologia estrutural e histórica*. Revista Cadernos de Campo, São Paulo, v. 9, p. 27-49, 2001

SERPA Jr, Octavio Domont de. *Psiquiatria e Neurociências: como redescobrir o cérebro sem eclipsar o sujeito*. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. São Paulo, v. VII, n.2, p. 110-124, 2004.

SILVEIRA, Nise da. *Imagens do Inconsciente*. Alhambra, Rio de Janeiro, 1981.

_____. *Cartas a Spinoza*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1995.

_____. *Senhora das Imagens Internas*. Escritos dispersos de Nise da Silveira. FEIRRA, Martha Pires (org). Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2008

_____. *Nise da Silveira*. MELLO, Luiz Carlos (org). Coleção Encontros, Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2009

VENANCIO, Ana Teresa. A construção social da pessoa e a psiquiatria: do alienismo à nova psiquiatria. *Physis* (UERJ. Impresso), Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 117-135, 1993.

_____. As faces de Juliano Moreira: luzes e sombras sobre seu acervo pessoal e suas publicações. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.36, p.59-73, 2005

VIDAL, Fernando. Le Sujet Cérébral: Une Esquisse Historique et Conceptuelle. *Psychiatrie, sciences humaines, neurosciences*, volume III, numéro 11, janvier-février / digital, 2005

VILLAS-BOAS, Glauca. O ateliê do Engenho de Dentro como espaço de conversão (1946- 1951). Arte concreta e modernismo no Rio de Janeiro. In: *O moderno em questão – A década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008

ⁱ Doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre pela Universidade Federal Fluminense e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (femagaldi@gmail.com)

ⁱⁱ O uso de atividades artísticas como práticas constitutivas da psiquiatria remonta às origens do alienismo. Philippe Pinel, já em 1801, preconizava a pintura e a música como partes integrantes do tratamento moral, que supunha a loucura enquanto excesso das paixões, em detrimento das antigas interpretações mágico-religiosas. Nesse contexto, anterior ao surgimento da psicanálise, a arte era acionada como forma de labor ou passatempo educativo para os desatinados, então isolados nos asilos psiquiátricos. A partir da obra do

psiquiatra alemão Johann Christian Reil. tais atividades ganharam contornos mais nítidos, sobremaneira através de um projeto terapêutico destinado a restituir o interesse dos pacientes no mundo externo. O envolvimento dos internos em atividades ao ar livre o estímulo sensorial a partir do uso de objetos e da fabricação de desenhos foram então tomados como fios condutores para essa empreitada. Ainda no século XIX, alguns estudos psiquiátricos sobre a produção artística dos loucos foram empreendidos, notadamente a partir da busca de correspondências entre categorias diagnósticas e atributos estéticos. Dentre estes, destacam-se o do psiquiatra francês de Paul-Max Simon. Seria somente a partir da emergência da obra de Sigmund Freud, forjador mais expressivo da noção de *inconsciente*, que uma articulação entre arte e os saberes psicológicos penetraria mais profundamente no imaginário ocidental moderno (Rivera, 2005).

ⁱⁱⁱ No século XIX, filósofos germânicos do porte de Schelling, Nietzsche e Schopenhauer tiveram um papel fundamental na concepção do inconsciente enquanto força oposta ao racionalismo. A despeito da ausência de seu verniz terapêutico, já estava presente nesses autores uma ênfase na dimensão sombria do espírito humano, como uma face tenebrosa na profundidade do ser. (Roudinesco & Plon, 1998). Na própria origem do alienismo já estaria também presente a tese de que a loucura era, na verdade, produto das paixões, que destituíram o sujeito de si mesmo (Gauchet & Swain, 1980).

^{iv} Esta noção, vale destacar, foi alvo de severas críticas pela antropologia, sobretudo na tradição estruturalista. Lévi-Strauss tratou de separar a aproximação entre inconsciente e coletivo fundada por Mauss no seio da teoria antropológica daquela outra, proposta por Jung, na psicologia analítica. Embora ambos concebessem o inconsciente como sistema simbólico, o problema de Jung residiria justamente no nivelamento entre inconsciente individual e inconsciente coletivo, tornando este último “repleto de símbolos, e mesmo de coisas simbolizadas que lhe formam uma espécie de substrato” (Lévi-Strauss, 2003, p. 29). Para o pai fundador da antropologia estrutural, estaria aí um grande equívoco, que postularia a hereditariedade de um inconsciente adquirido, em que o conteúdo precederia a própria experiência.

^v Conforme sublinhou Adriana Facina, “*O pesquisador que se volta para o passado não pode ser um observador participante de seu objeto de estudo, mas isto não significa que ele não possa elaborar o seu campo etnograficamente. A partir da documentação disponível, ele pode produzir um relato que também é fruto de uma imersão no campo, onde se procura entender como as pessoas pensam e interpretam o mundo à sua volta, ainda que seus universos mentais pareçam estranhos e incompreensíveis*” (Facina, 2004, p. 17). Para uma discussão substancial a propósito das relações entre antropologia e história intelectual e das articulações entre etnografia, arquivos e fontes documentais, ver Peixoto, 2008; Schwarcz, 2001; Cunha 2004 e Giumbelli, 2002.

^{vi} Latour não deixa de apontar ainda para a presença dos *antimodernos*, isto é, aqueles que compartilham com os modernos o postulado de uma grande transformação em relação ao passado, mas que a enxergam como catastrófica, levantando reativamente os estandartes da subjetividade, da alma, do espírito, da emoção, das relações interpessoais, da dimensão simbólica, do calor humano, das margens e da periferia. O autor, no entanto, lança um severo olhar crítico sobre os antimodernos, entendidos como cúmplices dos próprios modernos: “*Quanto mais os antirreducionistas, os românticos, os espiritualistas desejam salvar os sujeitos, mais os reducionistas, os cientistas, os materialistas acreditam possuir os objetos*”. (Latour, 1996, p. 122)

^{vii} Michel Foucault (1966) deu particular atenção ao delineamento da antiga cosmovisão, descrevendo a configuração de um mundo que enrolava-se sobre si mesmo até os fins do século XVI, previamente à separação entre as palavras e as coisas. Nesta cosmologia, a semelhança desempenhava um papel fundamental na organização do saber, sobretudo a partir de suas quatro modalidades: *convenientia* (estabelecimento de semelhança por contiguidade ou vizinhança entre os entes), *aemulatio* (produção de semelhança por emulação, como nos reflexos de um espelho), *analogia* (sobreposição entre conveniência e emulação, estabelecendo semelhanças entre as relações, antes que entre os termos relacionados) e *simpatia* (operação livre da semelhança no espaço e no tempo, compensada apenas pelas forças da *antipatia*, que impedem a assimilação total dos entes).

^{viii} Para Paolo Rossi, a psicofisiologia cartesiana, responsável pela separação radical entre matéria e espírito, “*abre o caminho ao mecanicismo biológico dos médicos-mecânicos e à progressiva substituição dos princípios vitais da tradição vitalista pelos métodos da química e da física*”. (p. 255).

^{ix} As reuniões do grupo de estudos C.G. Jung, fundado em 1969, aconteciam todas as terças-feiras na sala de palestras do Museu de Imagens do Inconsciente no ano de 2012, sendo abertas para funcionários, pacientes e interessados em geral. Conforme o programa do evento, seus objetivos gerais e específicos são: • “Promover o estudo da leitura das imagens conforme a hermenêutica de Nise da Silveira e C. G. Jung • Sistematizar o método de leitura das imagens tal como proposto por C. G. Jung e Nise da Silveira • Sistematizar os fundamentos hermenêuticos do trabalho com as imagens • Estudar os casos clínicos dos frequentadores do MII através do trabalho com as imagens • Desenvolver pesquisas sobre o método clínico utilizado pela Dra. Nise da Silveira e seus fundamentos”.

^x Não há espaço aqui para estabelecer as devidas conexões entre tais autores. Suas óbvias singularidades teóricas não devem deixar que se perca de vista uma ambição comum de superação dos reducionismos mecanicistas, verificada por exemplo nas noções de *élan vital* (Bergson, 1964), *corpo-sem-órgãos* (Deleuze & Guattari, 2008), *coisa* (Ingold, 2010) e no projeto de unidade entre mente e natureza (Bateson, 1980). Toda uma tese sobre essas questões encontra-se em andamento.

^{xi} Michel Foucault (2009, 1999) foi o primeiro autor a refletir sobre o tema do biopoder ao descrever a passagem de um *poder soberano*, típico da era clássica, marcado por um direito de “fazer morrer” e “deixar viver” em casos específicos de ameaça da soberania, para uma nova forma de poder, um poder sobre a vida, que passa a ser exercido na esteira do projeto moderno. O *biopoder* seria exercido em duas polaridades: a primeira, focada na anatomopolítica dos corpos; e a segunda, no controle das populações, tema abordado pelo autor em seu ensaio a propósito do nascimento da medicina social (Foucault, 2000). Consolidado sobretudo a partir do século XIX, ele diz respeito tanto a um controle estatal sobre a vida através de pesquisas demográficas, do urbanismo e da criação dos sistemas de saúde quanto a uma reivindicação progressiva da vida enquanto objeto político, envolvendo as lutas pelo direito ao corpo, à saúde e à satisfação de necessidades.

^{xii} É curiosamente no seio da neurociência que tem se encontrado uma nova reverberação de uma noção de pessoa e de natureza vital e criativa. Como descreveram Russo e Ponciano (2002), a despeito do progressivo obscurecimento do sujeito psicológico e da ascensão de um monismo reducionista, em neurocientistas tais quais Francisco Varela, Humberto Maturana e Gerald Edelman, é possível encontrar a radicalização de uma teoria da pessoa baseada na singularidade, na originalidade e mesmo no descentramento/cisão de si, seminalmente proposto pelo projeto psicanalítico. Esta modalidade de neurociência, comprometida com o projeto de uma leitura monista e materialista do espírito, retoma a aspiração da reunificação romântica ao afirmar a plasticidade do cérebro e a *autopoiesis* contingente dos sujeitos em seus cursos de vida. Estes autores, como destacaria Serpa Jr. (2004), tratam de redescobrir o cérebro sem eclipsar o sujeito.